

Lei Karin — A Lei Nacional do Chile Contra o Assédio Laboral e o Assédio Sexual

Gender Equality · Boa prática · Chile

Pontuação de qualidade: 74/100

Força da evidência: Forte

Sumário

A Lei Karin do Chile (2024) obriga todas as empregadoras a manter um canal de denúncias de assédio e assédio sexual; 44.212 denúncias em 11 meses, mas avaliações independentes encontraram apenas 16,6% dos casos confirmados como infrações, com grandes atrasos.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Transferability / replicability	2/3
Impact on gender equality	1/1
Effectiveness	0/1
Efficiency	0/1
Evaluated outcomes	1/1
Sustainability	1/1
Achievement / evidence	1/1
Gender-mainstreaming embedding	1/1
Curator validation	1/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-09-01

[Direccion del Trabajo \(DT\) / Ministerio del Trabajo y Prevision Social; SUSESO](#) — acedido a 2026-09-01

[Direccion del Trabajo — official Ley Karin portal](#) — acedido a 2026-09-01

[SUSESO — one-year implementation balance](#) — acedido a 2026-09-01

[CIPER Chile — independent evaluation of public-sector implementation](#) — acedido a 2026-09-01

[Emol — two-year implementation statistics](#) — acedido a 2026-09-01

Citar — Evidoria. *Lei Karin — A Lei Nacional do Chile Contra o Assédio Laboral e o Assédio Sexual*. ID persistente: 1c049f1b-e264-45c8-bba9-caa0157d84a2.